

ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2026
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil - Altair Silva - Ana Campagnolo - Antídio Lunelli - Camilo Martins - Carlos Humberto - Dr. Vicente Caropreso - Emerson Stein - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Jair Miotto - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Marquito - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Pepê Collaço - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
Deputado Fernando Krelling
Deputado Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -
Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -
Suspende a sessão para a divulgação da Fenahort.
Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -
Reabre a sessão e passa às Breves Comunicações.

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Citou que o Brasil é um país que costumeiramente transforma direito em dever. Ressaltou que as escolas deveriam ser instituições promotoras de ensino de

qualidade, tecendo críticas à educação ofertada e à obrigatoriedade da permanência das crianças em sala de aula nos moldes atuais.

Afirmou que os pais são compelidos a aceitar um modelo educacional para seus filhos com o qual, muitas vezes, não concordam. Trouxe como exemplo um caso ocorrido nos Estados Unidos, onde pais, amparados por direito constitucional, buscaram retirar seus filhos de aulas que promoviam a ideologia de gênero. Pontuou que, naquele caso, o direito escolar violou a prerrogativa dos pais de afastar os filhos de conteúdos contrários às suas convicções religiosas ou princípios morais.

Frisou que a intenção não é proibir as escolas de educar as crianças, mas sim impedir que a instituição obrigue a participação em grades curriculares que firam os princípios familiares e as convicções dos responsáveis.

Apresentou o projeto de lei "Minha Família, Minhas Regras", que visa garantir aos pais o direito de ofertar uma educação condizente com seus valores. O objetivo é evitar que crianças com 5, 6 e 7 de idades sejam expostas a conteúdos ideológicos ou confrontadas por exercerem a fé aprendida no ambiente doméstico. Explicou o funcionamento do projeto: as escolas deverão informar o conteúdo programático aos pais com antecedência, promovendo atividades alternativas caso a criança não participe de determinada aula ou dinâmica.

Citou atividades curriculares que, em sua visão, ofendem famílias conservadoras por ridicularizarem a fé e promoverem a erotização infantil.

Finalizou pedindo o apoio dos demais parlamentares ao projeto, lembrando que o estado de Santa Catarina é majoritariamente conservador.
[Taquiografia: Guilherme]

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Citou que o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) solicitou à Polícia Militar a criação de um protocolo específico para abordagens a pessoas em situação de rua. Afirmou que a referida

instituição, em meio às suas inúmeras atribuições, agora deve se especializar em abordar indivíduos que classificou como "moradores de rua sem prudência e vadiagem".

Disse que as abordagens deverão seguir um protocolo rígido, incluindo identificação e justificativa do ato. Criticou o que chamou de "falsa dignidade", mencionando o fato de essas pessoas dormirem nas vias públicas e realizarem necessidades fisiológicas em locais impróprios da cidade.

Teceu duras críticas a todo o protocolo sugerido pelo Ministério Público, sustentando que o órgão, visivelmente, desconhece a realidade do cotidiano policial em suas ocorrências e abordagens de campo. Frisou que o cidadão, diante de tais situações, não deveria mais acionar a Polícia Militar, mas sim o Ministério Público, argumentando que os membros desta instituição parecem deter o conhecimento de como conduzir essas pessoas e priorizam sua defesa.
[Taquiografia: Guilherme]

DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER (Orador) - Destacou a celebração dos 175 anos de Joinville e ressaltou o orgulho de viver na maior cidade de Santa Catarina, bem como o papel de povo trabalhador no desenvolvimento do município.

Relatou parte de sua trajetória pessoal e profissional e mencionou que se mudou para Joinville aos 14 anos de idade, onde estudou na Escola Técnica Tupy e, posteriormente, trabalhou por cerca de 20 anos no Laboratório Catarinense, experiência que, segundo ele, foi fundamental para sua formação profissional e empreendedora. Destacou que ingressou na vida pública após essa trajetória, tendo exercido sete mandatos consecutivos como vereador e atualmente exercendo seu oitavo mandato consecutivo como deputado estadual, completando 30 anos de vida pública.

Agradeceu à população de Joinville pela confiança depositada ao longo de sua carreira política e afirmou que sempre pautou sua atuação na honestidade, seriedade e respeito.

Ressaltou o perfil acolhedor da cidade e informou que Joinville recebe pessoas de diversas regiões do Brasil e também de outros países, que buscam oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Destacou ainda a importância econômica e cultural do município, lembrando que Joinville é conhecida como Manchester Catarinense, além de ser reconhecida como a cidade das bicicletas, das flores, do Balé Bolshoi e dos Bombeiros Voluntários, além de sediar o Festival de Dança de Joinville, considerado o maior do mundo.

Mencionou a recente visita do governador Jorginho Mello ao município, quando foram anunciados e confirmados diversos investimentos estaduais, incluindo recursos para os Bombeiros Voluntários, o Balé Bolshoi, a área da saúde, infraestrutura viária, pavimentação e projetos culturais, além da duplicação da Rodovia Dona Francisca e obras de acesso à cidade. Salientou que nos últimos três anos o Governo do Estado destinou mais de R\$ 1 bilhão em investimentos para Joinville.

Reafirmou seu orgulho pela cidade e pela trajetória construída em Joinville. Destacou que o mais importante na vida pública é o trabalho realizado e os resultados entregues à população.

Deputado Emerson Stein (Aparteante) - Corroborou a fala do Deputado que parabenizou o município de Joinville.

Aproveitou a oportunidade para também parabenizar o município de Bombinhas pelos seus 34 anos. *[Taquiografia: Jênifer]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Apresentou material audiovisual no qual é exibida uma fala do ministro Renan Filho, do governo Lula, na qual faz críticas ao governador de Santa Catarina. Mencionou declarações atribuídas ao ministro do Governo Federal que teriam criticado a forma de governar em Santa Catarina, passando a realizar uma análise comparativa entre os estados de Santa Catarina e Alagoas.

Destacou dados econômicos e afirmou que Santa Catarina apresentou produção de riqueza significativamente superior, com Produto Interno Bruto (PIB) estimado em mais de R\$ 513 bilhões, enquanto o estado de Alagoas registrou cerca de R\$ 63 bilhões. Corroborou que Santa Catarina ocupa a posição de destaque no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e apresentou uma das menores taxas de desemprego do país, aproximando-se do pleno emprego.

Mencionou ao abordar a segurança pública, que Santa Catarina figura entre os estados mais seguros do Brasil, com taxa de homicídios inferior à média nacional, enquanto o estado de Alagoas registra índices mais elevados de violência, apresentando dados comparativos de homicídios.

Destacou na área da educação, que Santa Catarina possui uma das menores taxas de analfabetismo do país, enquanto Alagoas apresenta índice significativamente superior. Afirmou que tais indicadores refletem a condução das políticas públicas ao longo dos anos.

Mencionou a questão do pacto federativo onde Santa Catarina contribui de forma expressiva para a arrecadação nacional, recebendo proporcionalmente menos recursos federais, caracterizando, uma situação em que o estado atua como financiador da federação.

Corroborou críticas à atuação do Governo Federal e destacou que, caso maior parcela dos recursos arrecadados permanecesse no estado, Santa Catarina poderia ampliar ainda mais seu desenvolvimento econômico e social. *[Taquigrafia: Jêifer]*

Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) -
Declarou que utilizava a tribuna para comunicar uma conquista que, segundo ele, representa um avanço significativo para a sustentabilidade

ambiental e para o setor da construção civil em Santa Catarina.

Destacou que, desde o dia 4 de março, está em vigor a Lei Estadual nº 19.731, que alterou a Lei nº 17.479, de 2018, ampliando as possibilidades de utilização da areia descartada de fundição (ADF) no estado. Ressaltou que a proposta, pela qual trabalhou em conjunto com o setor produtivo, representa uma política pública inovadora não apenas para Santa Catarina, mas também para o Brasil.

Explicou que, a partir da nova legislação, além das aplicações já previstas anteriormente, a ADF poderá ser utilizada em terraplanagem e no reforço de subleito para execução de edificações. Esclareceu que, a medida permite transformar um resíduo industrial em insumo de valor, reduzindo o passivo ambiental gerado pelas indústrias de fundição e promovendo a economia circular na construção civil.

Salientou que a lei assegura responsabilidade ambiental em todo o processo, uma vez que o destinatário do material deverá obter autorização junto ao órgão ambiental competente e manter os controles necessários para garantir o uso adequado e seguro do material.

Por fim, registrou reconhecimento à empresa Nova Era, que teve atuação ativa no processo de aprovação da lei, apresentando dados técnicos e experiências práticas que contribuíram para demonstrar a viabilidade da proposta. Enfatizou que Santa Catarina demonstra, mais uma vez, que é possível conciliar desenvolvimento econômico e responsabilidade ambiental, defendendo que a elaboração de políticas públicas deve considerar o diálogo com o setor produtivo e o futuro das próximas gerações. *[Taquiografia: Milyane]*

Partido: MDB

DEPUTADO ANTÍDIO LUNELLI (Orador) - Declarou que o Brasil chegou a um ponto em que a segurança pública se tornou uma urgência nacional. Informou que todos os anos mais de 45 mil brasileiros são

assassinados, o que representa mais de 120 famílias destruídas diariamente pela violência.

Ressaltou que o Brasil concentra quase 20% de todos os homicídios do planeta, mesmo tendo apenas cerca de 3% da população mundial, e observou que milhões de brasileiros vivem com medo de sair de casa, andar nas ruas e ver seus filhos crescerem em um país onde o crime parece cada vez mais ousado. Destacou que o crime organizado voltou a ganhar força nos últimos anos e mencionou que mais de 70 organizações criminosas atuam atualmente no país, disputando territórios, ampliando rotas de drogas e expandindo influência dentro e fora dos presídios.

Pontuou que facções continuam comandando crimes de dentro das cadeias e espalhando violência pelas cidades. Questionou de que lado está o Estado: do lado de quem trabalha, paga imposto e vive dentro da lei ou do lado de quem escolheu o crime.

Enfatizou que o debate sobre a PEC da Segurança, em discussão no Congresso Nacional, é fundamental para fortalecer quem está na linha de frente do combate ao crime. Afirmou que o policial que coloca a vida em risco todos os dias precisa ter respaldo do Estado, segurança jurídica e respeito. Registrou que Santa Catarina apresenta resultados positivos na área de segurança pública, com uma das menores taxas de homicídio do país, e assegurou que o Brasil precisa avançar para garantir que o cidadão possa trabalhar, viver e criar seus filhos em paz. *[Taquiografia: Milyane]*

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0286/2025, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, que institui o Dia Estadual de São João Maria, a ser celebrado anualmente no dia 3 de Maio, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.531, de 2022, que Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0675/2025, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores das Praias Balneário Tapera, Porto do Sol e Sumaré II de Passo de Torres - SC, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0014/2022, de autoria da Bancada Feminina, que estabelece princípios e diretrizes para criação de programas reflexivos e de responsabilização para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com o voto contrário do Deputado Jessé Lopes.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0395/2024, de autoria do Deputado Camilo Martins, que altera a Lei nº 17.292, de 19 de outubro de 2017, que "Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência" para assegurar à pessoa com deficiência o direito de solicitar e acessar serviços públicos, incluindo procedimentos judiciais e administrativos, por meio digital.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0200/2023, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que assegura aos pais e responsáveis o direito de vedarem a participação de seus filhos em atividades pedagógicas de gênero no âmbito do estado de Santa Catarina. (Foi apensado ao projeto o PL n. 525/2025.)

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; e parecer contrário da Comissão de Educação e Cultura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com o voto contrário do Deputado Marquito e da Deputada Luciane Carminatti.

Pedido de Informação n. 0036/2026, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, solicitando ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade informações acerca da pavimentação da Rodovia SC-108, no trecho entre os Municípios de Jacinto Machado e Praia Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0072/2026, de autoria do Deputado Marquito, manifestando ao Procurador-Geral da República, apelo que empreenda esforços para promover a federalização das investigações e do julgamento relativos à morte do cão comunitário "Orelha".

Em discussão.

Discutiram e encaminharam voto da presente matéria os srs. deputados: Marquito, Ana Campagnolo, Jessé Lopes, Volnei Weber e Marcius Machado.

Em votação no painel eletrônico por requerimento do autor.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALEX BRASIL	
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	não
DEPUTADO ANTÍDIO LUNELLI	não
DEPUTADO CAMILO MARTINS	sim
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO EMERSON STEIN	não
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	não
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	

DEPUTADO JUNIOR CARDOSO	
DEPUTADO LUCAS NEVES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	
DEPUTADO MARQUITO	sim
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO OSCAR GUTZ	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO SARGENTO LIMA	não
DEPUTADO SÉRGIO GUIMARÃES	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO TIAGO ZILLI	
DEPUTADO VOLNEI WEBER	não

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 13 votos "sim", dez votos "não" e nenhuma abstenção.

A moção está aprovada.

Moção n. 0073/2026, de autoria do Deputado Alex Brasil, manifestando aos Policiais Militares Paulo Henrique Félix, Lucas Augusto Martins, Lucas Léo Soares Alves, Fernando Borges Nascimento, Wilissi Ferreira Mota, Talita Caroline Machado de Faria, Eduardo Luís André, Diego Schvitaicky, Diego Uller, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0074/2026, de autoria do Deputado Alex Brasil, manifestando aos Policiais Militares Maikon Fortes, Marcos Vinícius de Freitas Alves, Deyvedy Tyago Padilha e Alberto Antônio Schweitzer, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0130/2026, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0131/2026, de autoria do Deputado Sargento Lima; 0132/2026, de autoria do Deputado Camilo Martins; 0133/2026, de autoria do Deputado Ivan Naatz; e 0134/2026, de autoria do Deputado Jessé Lopes.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos números: 0512 a 0563.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h23, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]